

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
e relatório dos auditores independentes**

REFINARIA DE MUCURIBE S.A.

Relatório da Administração 2021

Á

Assembleia de Acionistas
Refinaria de Mucuripe S.A.
Fortaleza - CE

Cumprindo preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Refinaria de Mucuripe S.A. (Refinaria de Mucuripe) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., localizada em Fortaleza, no estado do Ceará. Iniciou suas atividades em 17/04/2021, data em que finalizou seu processo de constituição, com o deferimento do arquivamento da Escritura Pública de Constituição da sociedade pela Junta Comercial do Estado do Ceará e respectiva obtenção do CNPJ.

A Companhia tem por objeto executar as seguintes atividades: (i) refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e combustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Petrobras será responsável pela manutenção financeira e operação da companhia até a conclusão do processo de alienação da Sociedade para o novo comprador.

ASPECTOS COMERCIAIS (EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)

Em 13/09/2019, a Petrobras, seguindo a sua estratégia de otimização do portfólio, anunciou a venda de ativos em refino e logística associada no país, que inclui a LUBNOR, assim como seus ativos logísticos associados.

Atualmente, o processo de desinvestimento da LUBNOR encontra-se na fase não vinculante, conforme Sistemática de Desinvestimentos da Petrobras.

REFINARIA DE MUCURIBE S.A.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

As disposições estatutárias da sociedade atendem a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016. Adicionalmente, todas as Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras foram adotadas pela sociedade ao longo de 2021.

Considerando que os ativos a serem aportados na Refinaria de Mucuripe ainda estão em face da Petrobras, os Projetos Socioambientais da Sociedade, que está em processo de desinvestimento, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora, no qual contempla a visão do ativo LUBNOR.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

No ato da constituição da Refinaria de Mucuripe, houve a integralização de capital inicial da Controladora na ordem de na ordem de R\$ 304 mil com equivalência em Caixa, conforme demonstrado na **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial 2021 (em R\$ mil)

Ativo	2021	Passivo	2021
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	303	Fornecedores	305
		Passivo a descoberto	
		Capital social realizado	304
		Prejuízos acumulados	-306
			<u>-2</u>
	303		303

A Conta Fornecedores do Passivo Circulante refere-se às provisões de despesas das atividades do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) celebrado com a Controladora Petrobras, na ordem de R\$ 305 mil.

Em decorrência das despesas com CCCD e outras despesas de registros de atos societários, a Refinaria de Mucuripe registrou prejuízo na ordem de R\$ 306 mil em 2021, conforme demonstrado na **Tabela 2**, abaixo.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado 2021

DRE (R\$ mil)	2021
Lucro Bruto	-
Gerais e administrativas	(306)
Despesas operacionais	(306)
Lucro antes do result. financ. e impostos	(306)
Resultado financeiro líquido	(0)
Despesas financeiras	(0)
Resultado antes dos impostos	(306)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(306)

REFINARIA DE MUCURIPE S.A.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2021

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2021 (período compreendido entre 17 de abril e 31 de dezembro de 2021) a Refinaria de Mucuripe apresentou prejuízo, a proposta de Destinação de Resultado 2021 apresentada pelos Administradores da Companhia, na **Tabela 3** abaixo, será destinar o Prejuízo do Exercício na ordem de R\$ 306 mil para a conta de Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido da Sociedade, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2021

Destinação de Resultado (R\$)	2021
Prejuízos Acumulados	(305.610,23)
Prejuízo Remanescente	(305.610,23)

O saldo remanescente do prejuízo acumulado será de R\$ 306 mil após realizada a destinação de resultado 2021.

AGRADECIMENTOS

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2021.

Fortaleza - CE, 04 de maio de 2022.

Isabella Carneiro Leão
Isabella Carneiro Leão (4 de Maio de 2022 16:53 ADT)

ISABELLA CARNEIRO LEÃO
Presidente

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho (4 de Maio de 2022 17:54 ADT)

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Refinaria de Mucuripe S.A.

Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Mucuripe S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período iniciado em 17 de abril de 2021 (data da constituição) e findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanco Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	9
Notas Explicativas	10
1. A Companhia e suas operações	10
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	10
3. Sumário das principais práticas contábeis	11
4. Estimativas e julgamentos relevantes	12
5. Novas Normas e Interpretações	12
6. Caixa e equivalentes de caixa	14
7. Fornecedores	14
8. Partes relacionadas.....	14
9. Remuneração da administração da Companhia.....	15
10. Tributos.....	15
11. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto).....	16
12. Despesas administrativas	17
13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	17
Diretoria Executiva	19

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balço Patrimonial

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	303	Fornecedores	7	305
			Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	11	
			Capital social		304
			Prejuízos acumulados		(306)
					(2)
		303			303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021
Despesas		
Gerais e administrativas	12	(306)
Prejuízo antes do resultado financeiro, participações e impostos		(306)
Resultado financeiro líquido		-
Prejuízo antes dos impostos		(306)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-
Prejuízo líquido do exercício		(306)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(1,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(306)
Resultado abrangente total	(306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)	-	-	-
Aporte de capital	304	-	304
Prejuízo líquido do exercício	-	(306)	(306)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	304	(306)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo líquido do exercício	(306)
Aumento (redução) de passivos	
Fornecedores	305
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Integralização de capital	304
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	304
Aumento de caixa e equivalentes	303
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(306)
Valor consumido bruto	(306)
Valor consumido líquido pela Companhia	(306)
Valor consumido a distribuir	(306)
Distribuição do valor adicionado	
Acionistas	
Prejuízo líquido do exercício	(306)
	(306)
Valor consumido	(306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE. Tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, sendo a principal fornecedora da região Nordeste, fornecendo também para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Processo de desinvestimento

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CFC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de maio de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 13 – Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A companhia, por conta da simplicidade das operações realizadas até a conclusão dessa demonstração, não apresenta estimativas e julgamentos, que possam eventualmente afetar materialmente a situação financeira e os seus resultados.

5. Novas Normas e Interpretações

5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9 - Financial Instruments); fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Reference to the Conceptual Framework - amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities a Contingent Assets e IFRIC 21 - Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Onerous Contracts - Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, retrospectiva com regras específicas
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado, valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, retrospectiva com regras específicas
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
<i>IFRS 17 - Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Disclosure of accounting policies - Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva para as emendas do IAS 1.
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva.
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.

Quanto às emendas e normativos listados acima, a companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>
Caixa e Bancos	303
Total de caixa e equivalentes de caixa	303

O valor de R\$ 303 corresponde, principalmente, ao valor do capital inicial aportado em 17 de abril de 2021 para pagamento dos valores mensais de contrato de compartilhamento de custos e despesas (CCCD) e despesas de pequeno valor da Companhia.

Prática Contábil

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Fornecedores

	<u>2021</u>
Partes relacionadas (nota explicativa 8.1)	305
Total	305

8. Partes relacionadas

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

8.1. Transações comerciais por operação com empresas do grupo

	Petrobras	2021
Passivo		
Circulante:		
Fornecedores		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	305	305
Total	305	305

	Petrobras	2021
Resultado		
Despesas administrativas		
Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i)	(306)	(306)
	(306)	(306)

(i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

9. Remuneração da administração da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe S.A.

10. Tributos

10.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2021
Prejuízo antes dos impostos	(306)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	104
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(104)
Imposto de renda e contribuição social	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%

Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura do prejuízo fiscal por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

11. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, permanece o mesmo aportado em 17 de abril de 2021 no valor de R\$ 304, está representado por 303.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

11.2. Prejuízos do período

A Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de R\$ 306. Esse resultado decorre, principalmente, da alocação dos gastos e despesas do Contrato de Compartilhamento de Custos (CCCD) com a Holding (vide nota explicativa 8.1).

Esse valor está representado na linha de prejuízo acumulado.

11.3. Resultado por ação

	Jan-Dez/21
Prejuízo atribuível aos acionistas	(306)
Quantidade de ações	303.820
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(1,01)</u>

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Despesas administrativas

	<u>2021</u>
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 8.1)	(306)
Total	(306)

13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

13.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2021:

	<u>2021</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	303
Total	303
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	305
Total	305

13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

13.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui seguro contratado, dado a sua atual fase de operação.

Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

ISABELLA CARNEIRO LEÃO
Presidente

REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO
Diretor Financeiro

JOSÉ SILVIO PETRUNGARO
Contador
CRC/RJ-054431/0